



Eixo: Serviço Social, fundamentos, formação e trabalho profissional.

Sub-eixo: Formação profissional.

## A FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL: OS DESAFIOS FRENTE AO PROJETO PRIVATISTA DE ENSINO

MARICELLY COSTA SANTOS<sup>1</sup>

RAFAEL RODRIGUES BARBOZA<sup>2</sup>

MELRY DE SOUZA MELO<sup>3</sup>

ANA CECÍLIA MARCELINO DA SILVA<sup>4</sup>

**Resumo:** O presente artigo trata da formação profissional em Serviço Social orientada pelo projeto ético-político e os desafios mediante o avanço de um projeto privatista de ensino. Tal cenário, reflexo da conjuntura neoliberal, tem ampliado a oferta de cursos de Serviço Social, principalmente privado na modalidade de ensino à distância. Diante disso, os desafios para efetivar uma formação de qualidade em consonância com o projeto ético-político estão postos ao Serviço Social cotidianamente, requerendo fortalecimento da categoria nos debates e da elaboração de estratégias para o enfrentamento dessa ofensiva a formação profissional.

**Palavras-chave:** Serviço Social; Formação Profissional; Projeto ético-político.

**Abstract:** This article deals with professional training in Social Service oriented by the ethical-political project and the challenges through the advancement of a privatist teaching project. This scenario, reflecting the neoliberal conjuncture, has expanded the offer of Social Service courses, mainly private in the modality of distance education. Therefore, the challenges to achieve a quality training in harmony with the ethical-political project are placed in the Social Service every day, requiring strengthening of the category in the debates and the elaboration of strategies to confront this offensive to professional formation.

**Keywords:** Social Work; Professional qualification; Ethical-political project.

### 1. INTRODUÇÃO

A educação superior no Brasil gestou-se através de um conjunto de decretos e medidas provisórias que favoreceram a consolidação da contrarreforma da educação pública e a expansão do ensino privado. Com a ampliação do ensino superior através de uma lógica mercadológica, há um aumento na oferta de vagas nos cursos de Serviço Social, principalmente na modalidade à distância,

<sup>1</sup> Professor com formação em Serviço Social. Centro Universitário Tiradentes. E-mail: <maricellycosta@gmail.com>.

<sup>2</sup> Estudante de Graduação. Centro Universitário Tiradentes.

<sup>3</sup> Estudante de Graduação. Centro Universitário Tiradentes.

<sup>4</sup> Estudante de Graduação. Centro Universitário Tiradentes.

cuja fragilidade do processo de formação implica na perspectiva da formação profissional defendida pelo projeto ético-político.

Portanto, para a análise dessa realidade cuja lógica neoliberal de mercantilização do ensino tem direcionado uma formação voltada apenas para o mercado, realizou-se pesquisa bibliográfica e documental, com vistas a apreender essa questão central presente no processo de formação profissional que são os desafios postos a formação profissional, através da ampliação do ensino na modalidade à distância.

## **2. A PERSPECTIVA DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DEFENDIDA PELO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL**

Desde os anos de 1970, mais precisamente no final deste decênio, o Serviço Social brasileiro vem construindo um projeto profissional em defesa dos interesses das classes trabalhadoras. A voga dos princípios e ideias do Movimento de Reconceituação instaurados nos diversos países latino-americanos articulados com o processo de redemocratização da sociedade brasileira constituiu o marco histórico para a transição de um Serviço Social renovado, através de um processo de ruptura teórica e política, engendrados pelos ditames do tradicionalismo que imperavam entre nós. Politicamente, esse processo teve o seu marco histórico em 1979, na cidade de São Paulo, através do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais - CBAS, quando de forma organizada, entidades da categoria profissional se propuseram virar uma página na história do Serviço Social brasileiro ao desconstruir a mesa de abertura formada por nomes oficiais da ditadura militar, substituindo-os por organizações do movimento dos trabalhadores. Esse congresso ficou conhecido como o “Congresso da Virada” (TEIXEIRA; BRAZ, 2009, p. 12).

Dessa forma, compreende-se a gênese do projeto ético-político do Serviço Social nas margens do final da década de 1970. Esse mesmo projeto, como afirma os autores, ganhará densidade e maturidade teórica nos anos 1980, se consolidando fortemente em 1990, estando em construção contínua e coletiva mediado pelo intenso progresso do ideário neoliberal que assume o Estado

capitalista. Assim, a disseminação das ideias neoconservadoras no seio da profissão, em suas instâncias mais complexas da sociedade contemporânea, possibilitou a construção de um projeto profissional em comprometimento com os interesses das classes trabalhadoras.

Segundo Teixeira e Braz (2009, p. 13), o progresso do projeto-ético-político nos anos 1980 se fundiu em meio à construção de elementos que se matizaram entre nós, entre eles, o Código de Ética de 1986, pois: “tratou-se da primeira tentativa de tradução, não só legítima como legal, através do órgão de fiscalização do exercício profissional, o CFAS – Conselho Federal de Assistentes Sociais, hoje CFESS”, consolidando o seu compromisso ético-político com as classes trabalhadoras. Nessa mesma década, o projeto profissional também avança significativamente na produção do conhecimento, galgando saltos quantitativos e qualitativos no que se refere aos processos fundamentais de renovação da profissão, como a questão da metodologia, as políticas sociais e os movimentos sociais. De acordo com Iamamoto (2013, p. 78) a década de 1980 possibilitou ao Serviço Social a: “interlocução com a teoria marxista e propicia a profissão elementos teóricos, éticos e políticos fundamentais para a conformação do atual projeto profissional hegemônico do Serviço Social”.

É no marco progressista das ideias neoliberais que a categoria profissional do Serviço Social brasileiro amadurece as suas ações políticas-organizativas na perpetuação de um novo projeto profissional em defesa dos interesses das classes trabalhadoras, reconfigurando o seu projeto ético-político tradicional de bases conservadoras, em detrimento a um novo arcabouço jurídico-político que se contrapõe as ideais da ordem burguesa. Nesse mesmo período, a categoria profissional adensa a sua maturidade teórico-metodológica nas diversas áreas do saber através da incorporação dos cursos de pós-graduação, imprimindo e ampliando sua produção na área do conhecimento como forma de estabelecer uma aproximação que propusesse atender os requisitos coletivos da classe trabalhadora.

Nessa mesma década, mais precisamente em 1996 com a sanção da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei 9304), de 20 de dezembro de 1996, que a profissão do Serviço Social torna importante o

processo de normatização e definição de Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social. Essas diretrizes estabelecem um patamar homogêneo com o projeto ético-político da profissão, assegurando, ao mesmo tempo, a: “flexibilidade, descentralização e pluralidade no ensino em Serviço Social, de modo a acompanhar as profundas transformações da ciência e da tecnologia na contemporaneidade” (ABEPSS, 1996, p. 5-6).

Os desafios colocados a profissão mediante o novo modelo de produção capitalista, da intervenção do Estado balizados pelas ideias neoliberais e pela forma expressiva das múltiplas expressões da questão social, condicionam uma alteração substancial nos espaços ocupacionais dos assistentes sociais, exigindo um aperfeiçoamento no ensino superior como forma de atender aos padrões de qualidade adequados (ABEPSS, 1996).

Nessa medida, a profissão do Serviço Social concebe pressupostos que norteiam a concepção da formação profissional, que estão presentes na revisão curricular. Assim:

o Serviço Social se particulariza nas relações sociais de produção e reprodução da vida social como uma profissão interventiva no âmbito da questão social, expressa pelas contradições do desenvolvimento do capitalismo; a relação do Serviço Social com a questão social – fundamento básico de sua existência – é mediatizada por um conjunto de processos sócio-históricos e teórico-metodológicos constitutivos de seu processo de trabalho; o agravamento da questão social em face das particularidades do processo de reestruturação produtiva no Brasil, nos marcos da ideologia neoliberal, determina uma inflexão no campo profissional do Serviço Social [...]; o processo de trabalho do Serviço Social é determinado pelas configurações estruturais e conjunturais da questão social e pelas formas históricas de seu enfrentamento, permeadas pela ação dos trabalhadores, do capital e do Estado, através das políticas e lutas sociais (ABEPSS, 1996, p. 6).

Esta revisão curricular não pode ser pensada sem a articulação da profissão com a questão social, as políticas sociais, os movimentos sociais, as relações de trabalho e a compatibilidade do capital com o Estado. Conceber essa concepção que a formação profissional imprime é relacionar o Serviço Social com o processo sócio-histórico que a profissão adere nos marcos do projeto neoliberal, que exprimem o contexto de acirramento da questão social e suas múltiplas expressões. Mais ainda, é compreender que a profissão se gesta no contexto de ascensão do capitalismo e das contradições de classes, bem como

sua interlocução com as relações sociais de produção e reprodução das condições de vida da classe trabalhadora, se gestando como uma profissão interventiva no âmbito das relações sociais antagônicas.

Nesse sentido, os princípios que definem as diretrizes curriculares da formação profissional implicam na capacitação *teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa* para a:

apreensão crítica do processo histórico como totalidade; investigação sobre a formação histórica e os processos sociais contemporâneos que conformam a sociedade brasileira, no sentido de apreender as particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social no país; apreensão do significado social da profissão desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade; apreensão das demandas – consolidadas e emergentes – postas ao Serviço Social via mercado de trabalho, visando formular respostas profissionais que potenciem o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre público e privado; exercício profissional cumprindo as competências e atribuições previstas na Legislação Profissional em vigor (ABEPSS, 1996, p. 8, grifos do autor).

Em suma, as Diretrizes Curriculares definem a apreensão dos processos sociais, culturais, políticos e essencialmente econômicos que se reafirmam na sociedade brasileira. São instrumentos teóricos que possibilitam a apreensão do movimento real da sociedade em sua totalidade mais complexa e particularizam o significado social da profissão. Essas apreensões reconhece a gênese da profissão através do processo de desenvolvimento do capitalismo e suas contradições de classes. Para além disso, proporciona e reafirma as ações que perpassam a intervenção profissional dos (as) assistentes sociais em vigor com o projeto ético-político do Serviço Social.

Dessa forma, numa sociedade de classes, todo projeto ou ação, se articula a uma dimensão política, ou seja, se desenvolvem em meio às contradições econômicas, políticas, ideologias e culturais de uma determinada forma de sociedade. Na sociedade do capital, essas relações sociais se materializam entre as classes antagônicas e contraditórias (burguesia e proletariado). Logo, “o projeto profissional (e a prática profissional) é, também, um projeto político: ou projeto profissional” (TEIXEIRA; BRAZ, 2009, p. 5).

Segundo Teixeira e Braz (2009), por mais que a prática profissional dos (as) assistentes sociais seja distinta da práxis produtiva efetivando-se no seio

das relações sociais de produção e reprodução das condições de vida das classes trabalhadoras, nela se configura determinada direção social que circunscrevem as suas diversas práticas profissionais, através dos quais, se articula e se emergem sobre o comportamento e condições de vida dos homens, engendradas pelo projeto profissional que os norteiam. Desse modo, esse projeto profissional é impensável sem um projeto societário, cuja força motriz é a perpetuação de uma nova ordem social ou a permanência da mesma.

Nesse sentido, os compromissos que o projeto ético-político assume, contém em seu escopo:

[...] o reconhecimento da liberdade como valor ético central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolher entre alternativas concretas, daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Consequentemente, o projeto profissional vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero (NETTO, 1999, p. 104-5 *apud* TEIXEIRA; BRAZ, 2009, p. 6).

Dentre o princípio supracitado por Teixeira e Braz apoiado em Netto, encontram-se também no Código de Ética Profissional/1993: “a defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo, o posicionamento em favor da equidade e justiça social e o empenho na eliminação de todas as formas de preconceito” (SILVA, 1993, p. 23). Esses princípios aqui apresentados, dentre os demais não mencionados, são fundamentais para uma intervenção profissional crítica e questionadora, são elementos que proporcionam subsídios para uma prática profissional qualificada e competente, emanadas por uma direção social em defesa dos interesses da população usuárias dos serviços e de uma nova forma de sociabilidade, sem exploração e/ou dominação de classes.

Sendo assim, os projetos profissionais (inclusive o projeto ético-político do Serviço Social), apresentam:

a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitima socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações sociais,

privadas e públicas [...] (NETTO, 1999, p. 95 *apud* TEIXEIRA; BRAZ, 2009, p. 7).

O projeto ético-político de qualquer profissão, inclusive o projeto do Serviço Social, prescrevem em seu arcabouço jurídico-político os condicionantes essenciais para as ações e práticas profissionais cotidianas. Nesses projetos, contém todos os subsídios fundamentais, que são particulares a qualquer profissão. No caso do Serviço Social, seus pressupostos são balizados por princípios, direitos e deveres que norteiam suas ações profissionais, bem como a sua articulação com a Lei de Regulamentação da Profissão 8.662/93, que traz em seu bojo as atribuições privativas e competências profissionais dos (as) assistentes sociais.

Sistematizando as informações, podemos identificar os elementos constitutivos do projeto ético-político do Serviço Social e os componentes que o materializam no seio do processo sócio-histórico da profissão, são eles:

a explicitação de princípios e valores éticos-políticos; a matriz teórico-metodológica em que se ancora; a crítica radical a ordem social vigente – a da sociedade do capital – que produz e reproduz a miséria ao mesmo tempo em que exhibe uma produção monumental de riquezas; as lutas e posicionamentos políticos acumulados pela categoria através de suas formas coletivas de organização política em aliança com os setores mais progressistas da sociedade brasileira (TEIXEIRA; BRAZ, 2009, p. 8).

Esses elementos aqui mencionados constituem a base que dão materialidade ao projeto ético-político do Serviço Social. Ou seja, são elementos que dão concretude e se expressam na realidade ganhando visibilidade social, por meio de: “determinados componentes construídos pelos (as) próprios (as) assistentes sociais”, são eles: *a produção de conhecimento no interior do Serviço Social, as instâncias político-organizativas da profissão e a dimensão jurídico-político da profissão* (TEIXEIRA; BRAZ, 2009, p. 8, grifos do autor).

Esses componentes permitem afirmar, junto a tantos outros determinantes sociais, econômicos, políticos e culturais que se debruçam sobre o universo profissional – a efetivação histórico-concreta dos elementos supracitados, uma vez que: “são eles os instrumentos que viabilizam o projeto profissional na realidade objetiva, supondo-a para além das ações profissionais isoladas, ainda que possam envolvê-las também”, assim, pode-se tomar o

projeto ético-político, como uma articulação de luta coletiva dos (as) assistentes sociais (TEIXEIRA; BRAZ, 2009, p. 10).

Porém, isso não quer dizer que o projeto ético-político se efetiva integralmente na realidade social, por que:

não há uma relação de identidade entre o que projetamos e o que realizamos efetivamente. O que não se dá por uma questão de mau planejamento das ações, por incompetência ou mesmo por algum problema de caráter, mas acontece porque há uma relação não *identitária* entre consciência e ação ou, se preferirmos, entre sujeito e objeto. [...] significa que a realidade é diferente do plano subjetivo, e, portanto, daquilo que se idealiza realizar. Significa também que não controlamos todos os aspectos que incidem sobre a realidade, que a sua alteração/mudança/transformação não depende apenas de nossos atos e de nossas ações (TEIXEIRA; BRAZ, 2009, p. 10, grifos do autor).

O que os autores afirmam em poucas palavras é algo muito importante para o exercício profissional dos assistentes sociais, pois possibilita a categoria profissional à compreensão sobre a direção social que a profissão deve imprimir, bem com sua função social na sociedade de classes. É entender, que os assistentes sociais são trabalhadores assalariados inseridos na divisão social e técnica do trabalho, que como todo e qualquer profissional inserido nas políticas sociais, ou não, por mais que subjetivem realizar suas atividades, nem sempre as mesmas serão objetivadas, pois existem elementos que perpassam seus limites e ações profissionais, ou seja, que independem das suas vontades profissionais para serem efetivadas. Compreender esse contexto que a profissão se insere é perceber que o projeto ético-político do Serviço Social é expressão das contradições que particularizam a profissão - e que nem sempre os profissionais poderão efetivar suas ações profissionais, pois os mesmos dependem de elementos e instrumentos concretos que os possibilitem efetivar determinadas ações profissionais.

É preciso ter clareza e embasamento teórico-prático, voltado para a perspectiva crítico-dialética, para compreender a dinâmica e a complexibilidade da sociedade capitalista na qual a profissão do Serviço Social se insere para não incorrer no que diz Teixeira e Braz (2009, p. 11) apoiado em Yamamoto, “no voluntarismo político-profissional para o qual basta a boa vontade e um ideal para se transformar a realidade e nem no fatalismo para o qual não há

alternativas na realidade, pois ele seria um dado factual e imutável”. Mais ainda, “é necessária a mesma clareza para se compreender as dificuldades que estão sendo postas cotidianamente para os (as) assistentes sociais em suas variadas inserções profissionais” (TEIXEIRA; BRAZ, 2009, p. 11).

De acordo com Teixeira e Braz (2009), diante do contexto dinâmico e complexo da sociedade atual, não é incomum encontrar profissionais que argumentem que o projeto ético-político do Serviço Social apresenta princípios que não podem ser objetivados e que o fazer profissional não permite ser contemplados. Porém, mesmo diante das contradições postas pelo modo de produção capitalista, em suas anuências mais avassaladoras e perversas é que se deve afirmar e reafirmar o projeto ético-político do Serviço Social, pois ele fornece bases significativas em todas as instâncias para o enfrentamento das dificuldades profissionais a partir dos compromissos coletivos construídos pela categorial profissional.

Ao analisarmos a construção social e histórica do projeto hegemônico do Serviço Social e suas características enquanto arcabouço jurídico-político que norteia e assegura a prática profissional dos (as) assistentes sociais, no próximo item abordaremos a expansão dos cursos de nível superior presencial e a distância no Brasil e os seus reflexos na formação e no exercício profissional dos (as) assistentes sociais.

### **3. A EXPANSÃO DOS CURSOS PRIVADOS E OS DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

A educação superior no Brasil se apresenta desde sua gênese como sendo um privilégio das classes mais abastadas. Mesmo no decorrer dos anos e com sua crescente necessidade de expansão, essa forte tendência a contemplar as classes mais abastadas continua se reforçando. Entretanto, com a expansão da educação superior paralelamente abriu-se um precedente à extensão desse acesso as demais camadas da sociedade, “passou a ser uma exigência do próprio capital seja de capacitação da força de trabalho para o atendimento das alterações produtivas, seja para difusão da concepção de um mundo burguês sob a imagem de uma “política inclusiva” (LIMA, 2013, p.15)”.

No que tange a disseminação da educação superior privada, inúmeros dispositivos legais foram criados para amparar e intensificar esse processo de mercantilização do ensino superior, no campo tecnológico priorizou a formação de tecnólogos, assim Ferrarez (2016, p. 85) aponta: “o governo utilizou muitos instrumentos e desenvolveu muitas ações no sentido de fortalecer a comercialização da educação como serviço a ser vendido”. Tratando-se destes documentos legais o mais importante a ser destacado é a Lei n. 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (LDB/1996 *apud* FERRAREZ, 2016, p. 85). Esses dispositivos contribuíram para o reforço da precarização da política da educação e intensificação dos movimentos de privatização.

Após essa reorganização acadêmica das instituições de ensino superior, Lima (2013) acrescenta que, somente as universidades têm o caráter de instituição onde há indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. No que se refere ao ensino superior a distância “[...] até meados da década de 1990 os cursos à distância eram profissionalizantes ou de complementação de estudos (por correspondência e telecursos)” (LIMA, 2007, p. 145 *apud* FERRAREZ, 2016, p. 86).

Dando prosseguimento a reforma do ensino superior iniciada no governo Cardoso, o governo Lula reiterou e desenvolveu programas na área educacional: “Universidade Aberta, Programa Universidade para Todos - PROUNI<sup>5</sup>/2005, REUNI<sup>6</sup>/2007 e Educação de Jovens e Adultos, foi incluída também a regulamentação do ensino à distância” (COSTA; TRINDADE, 2017, p. 02). A reforma educacional no governo Lula se destaca também pela ampliação e incentivo do acesso no campo de inovação e tecnologia preterindo os cursos das áreas de ciências sociais. É nesse momento histórico que acontece o reconhecimento e ampliação de cursos de graduação na modalidade à distância, bem como a contribuição para a “ampliação do acesso dos filhos da classe

---

<sup>5</sup> A Medida Provisória n. 213/2004, no parágrafo 4º do art.7º, estabeleceu que para a desvinculação de algum curso do PROUNI, seria preciso três avaliações consecutivas com conceito atribuído insuficiente. Com a nova redação dada pela Lei n. 11.509/2007, passa a ser preciso duas avaliações consecutivas com conceito insuficiente para perder o acesso às bolsas no programa (FERRAREZ, 2016, p. 90).

<sup>6</sup> O Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) foi instituído pelo Decreto n. 6.096, de 24 de abril de 2007. Desde então vem proporcionando uma alteração considerável na dinâmica organizacional das IFES (FERRAREZ, 2016, p. 92).

trabalhadora através de bolsas e financiamentos estudantis além da ampliação de Universidades Federais” (HOEPNER; PRATES, 2017, p. 03).

A incisiva investida do governo nas áreas de inovação e tecnologia teve a contribuição da CNI - Confederação Nacional da Indústria, que de acordo com Rodrigues (2007) citado por Hoepner (2017); Prates (2017) a CNI propôs a elevação das taxas de acesso ao Ensino Superior com vistas a privilegiar a formação aligeirada e sem custos elevados. Esse aligeiramento caracterizado por cursos de baixos investimentos estruturais e com uma duração mais curta, reforçou o investimento dos capitalistas nas IES na modalidade de Ensino a distância - EAD, devido ao baixo custo e alta lucratividade, bem como incidiu no aumento da procura por esses cursos, PEREIRA (2008, *apud* HOEPNER (2017); PRATES (2017), da mesma forma que se aumenta substancialmente os cursos de Serviço Social no Brasil.

Destarte, no que se refere à subordinação da ciência e tecnologia a lógica do mercado, a certificação em larga escala e o aligeiramento da formação profissional, o EAD e o REUNI efetivaram e intensificaram o acesso à educação superior no então governo Lula.

Dessa forma, tais programas massificam o processo de precarização do ensino, uma vez que a expansão das vagas nas universidades públicas sem condições adequadas, a começar pela infraestrutura precária, acarreta problemas sérios, como ressalta Costa e Trindade (2017, p. 15): “muitas vezes não há provimento de concursos públicos para docentes e pessoal técnico-administrativo, sobrecarregando os já empregados”, as salas de aula são superlotadas, os laboratórios são escassos e as metas quantitativas são priorizadas em detrimento da qualidade.

Após o REUNI há uma expansão considerável do ensino superior, bem como nos cursos de Serviço Social em detrimento do crescimento da modalidade à distância, (HOEPER; PRATES 2017). No caso do Serviço Social o curso ocupa o 2º lugar entre o maior número de vagas ofertadas no EAD, embora a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS

posicione-se representando o coletivo da categoria contrária a esta modalidade de ensino. Corroborando esse posicionamento, vem dizer:

ao lado do EAD, crescem os cursos privados, que muitas vezes são de baixa qualidade, em que pese os esforços de jovens e comprometidos docentes, em função das condições de trabalho: contrato horista, ausência de pesquisa e extensão, turmas enormes, estágios que não asseguram supervisão acadêmica e de campo articuladas. Quanto à graduação à distância, sabemos que realiza no máximo adestramento, mas jamais formação profissional digna deste nome, como tem denunciado a ABEPSS, o CFESS e a ENESSO em suas notas públicas [...] (ABEPSS, 2009, p. 146 *apud* FERRAREZ, 2016, p. 91).

Mesmo indo de encontro às considerações da ABEPSS no que se refere à modalidade EAD, é expressiva a procura por esta modalidade mesmo oferecendo insegurança na formação e tendendo a desqualificação do pretense profissional, ressaltam Costa e Trindade (2017). Segundo os dados do INEP/MEC (2012) citado por Lima (2013) sobre os dez maiores cursos de graduação em número de matrícula por modalidade, o curso de Serviço Social manteve seu crescimento a modalidade de ensino à distância com 8,7% (97.428) das matrículas e vem decaindo na modalidade presencial.

Objetivando somente a comercialização da educação, as premissas do Estado capitalista vão de encontro aos princípios do Código de Ética e do Projeto Ético- Político do Serviço Social, e a educação como mercadoria favorecem a precarização desse direito. Nessa perspectiva, vem dizer:

[.] diante do processo de alienação que se dá na sociedade capitalista, evidencia-se um contexto em que a educação da sociedade também se insere na lógica de dominação. Deste modo, não se objetiva a formação de seres pensantes. Logo, esse panorama atual que é imposto à educação superior, com o estímulo ao conservadorismo, tende a ser regresso e preocupante para direção social hegemônica do projeto ético-político do Serviço Social. Compreende-se que é preciso superar a lógica que permeia o atual processo da educação superior no Brasil, que se pauta em uma formação profissional precária, com o estímulo a flexibilização e privatização e, com ênfase nos processos de mercantilização da vida (FERRAREZ, 2016, p. 99).

Em face desta tendência mercantilizadora, emerge um novo modelo de profissional, haja vista o estrondoso crescimento da modalidade EAD no Brasil que a cada dia cresce mais em relação ao ensino presencial. Nesse sentido, o Serviço Social acaba sendo um dos cursos superiores que mais são atingidos

por essa lógica, pelo fato de ser um curso que não necessita de grandes estruturas para o seu funcionamento.

Ou seja, aquele perfil – um profissional competente em sua tríplice dimensão (ético-política, teórico-metodológica e técnico-interventiva) capaz de não somente compreender a realidade, mas com arcabouço teórico crítico questioná-la e delinear estratégias da ação profissional que afirmem os direitos sociais de cidadania em uma época de aprofundamento da barbárie social- torna-se radicalmente ameaçado, dadas as condições concretas da formação (PEREIRA, 2013, p. 62).

Esse tipo de formação forja um perfil profissional adequado à lógica da banalização e precarização do ensino, rompendo com os princípios básicos de qualidade, rigorosidade, publicidade e gratuidade priorizados no Serviço Social. Visto que, estas condições precarizadas de ensino possivelmente repercutirão na qualidade da atuação profissional. Qualidade esta, que contrasta com a lógica de formação para o mercado, e que reivindica a qualificação profissional em Serviço Social vinculada ao compromisso da categoria com a qualidade dos serviços prestados aos usuários, a defesa dos direitos sociais e humanos, e a afirmação do seu Projeto Ético-Político (PEREIRA, 2013).

No tocante a formação profissional da modalidade EAD, de acordo com o CFESS (2014) se produz empobrecimento e mediocridade em quantidade, com a ilusão de que se está promovendo e democratizando o acesso ao ensino superior. No tocante ao tripé ensino, pesquisa e extensão cabe citar alguns pontos fundamentais, como: o estágio, a produção da pesquisa, a produção do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC e a ausência de vivência acadêmica. De acordo com a autora,

o *estágio*, apesar de obrigatoriamente ter de ser feito de modo presencial em uma instituição com profissional de Serviço Social habilitado para tal, sofre um processo de desqualificação, pois as instituições de ensino que ofertam tais cursos na modalidade EAD não vem garantindo condições objetivas para supervisão de estágio, resultante da natureza dessa modalidade de ensino. A supervisão ocorre de forma virtual, medida pelo tutor, cuja formação é limitada, isto é, dos tutores não são exigidas qualificações mínimas, como o mestrado, e não há nem mesmo transparência e publicação do perfil de tais tutores. A *produção da pesquisa* que, segundo as diretrizes curriculares da ABEPSS, deve ser transversal ao processo de formação profissional, é outro grave limite, visto que, embora as IES ofertantes de cursos de Serviço Social sejam todas universitárias (o que exigiria a realização do tripé ensino, pesquisa e extensão), envolve carga horária obrigatória, dedicação do docente a um pequeno número de alunos no processo de Iniciação Científica (I.C.). Com tal debilidade

no âmbito da pesquisa. A *produção do TCC*, obviamente, torna-se um tanto limitada, pois o discente passará por toda a graduação sem vivência de I.C., sem ter a pesquisa como um componente transversal ao seu processo formativo. Por fim, questionamos a *ausência da vivência acadêmica dos estudantes* formados nesta modalidade de ensino: estes não frequentam uma universidade, mas um Polo de Apoio Presencial de EAD. O estudante, nesse contexto, limita-se a vivências com poucos colegas e ainda relaciona-se presencialmente com um tutor, o que empobrece a formação, ao compreendermos que ela vai muito além da sala de aula, e da leitura de textos, mas envolve o contato com o movimento estudantil, com vários professores, de matrizes teóricas e políticas diferenciadas, com estudantes de outros cursos e a comunidade acadêmica como um todo (PEREIRA 2013, p. 62, grifos do autor).

Ou seja, o perfil do profissional formado na modalidade EAD será marcado pela realização de estágios precários, pela ausência de transversalidade da pesquisa ao longo da formação, bem como da ausência de rica vivência junto à comunidade acadêmica e a um corpo docente com perfis e trajetórias teóricas distintas. Deste modo, “trata-se de um perfil empobrecido de formação profissional” (PEREIRA, 2013, p. 65).

A formação, a inserção no mercado de trabalho e o exercício profissional dos (as) assistentes sociais nos diversos espaços sócio-ocupacionais são atravessados por essas inclinações. E isto implica a necessidade de construir estratégias de enfrentamento a problemática do ensino na atualidade, e, sobretudo, as particularidades da formação em Serviço Social. Vemos então que as tendências da qualificação profissional na crise do capital apresentam-se dentro do processo – da flexibilização dos contratos de trabalho e perdas de direitos, o acirramento do desemprego e do emprego precário, a competitividade do mercado de trabalho, a intensificação da modalidade informal, a terceirização, e as novas formas de empregabilidade precárias, e como resultante, sobretudo, – da reformulação do ensino mercantilizado, privatizado, do sucateamento das universidades, e da formação na lógica produtivista de mercado (PEREIRA, 2013).

Diante dessa fragilização no processo de formação profissional dos (as) assistentes sociais, o EAD tendência uma desqualificação profissional que vai de encontro ao método dialético crítico marxista inspirado por Karl Marx, bem como acarreta no fenômeno de constituição de um exército de reserva de profissionais (HOEPNER; PRATES 2017). Nessa medida, a política da

Educação Superior deixa de ser um direito universal e irrestrito e é incorporado à lógica mercantil, o que vai de encontro com o atual Código de Ética e o Projeto Ético- Político que defende a profissão. De acordo com os autores,

nesse sentido, é absolutamente pertinente e fundamental a transversalidade da prática e da investigação apontada nas diretrizes, pois não há um lugar por excelência onde devam ser tratadas, embora possam, em alguns espaços, ter seu adensamento destacado, mas precisam ser elementos articuladores no conjunto do movimento, em cada disciplina e procedimento-pedagógico, porque a mediação teórico-prática e a problematização sistemáticas são básicas para qualquer processo analítico-interventivo que se queira consistentes. Ao tomarmos as categorias dialéticas de modo mecânico, como receitas de ou prescrições, como se a realidade social fosse simples e classificável ou, de modo isolado, privilegiando uma em detrimento das demais, como se fosse possível separá-las reiterando resquícios de uma postura positivista ainda arraigada, perdemos a potencialidade do método, utilizamos de modo reducionista as categorias, roubando-lhes exatamente o caráter dialético que pressupõe contextualização, historicização e interconexão (MENDES; PRATES, 2007, p. 186).

Desse modo, o ensino à distância é enviesado por práticas disciplinares que potencializam a ausência de uma aproximação com as vivências transversais práticas-investigativas e crítica-analítica que pressupõe as Diretrizes Curriculares da ABEPSS. A formação profissional nesse nível de ensino circunscreve elementos que articulados entre si, são insuficientes para compreender o movimento real da sociedade capitalista e suas refrações. Portanto, atualmente, o projeto político-pedagógico que possibilita uma apreensão do movimento crítico-dialético está arraigado por princípios mantidos no arcabouço jurídico-político que defende a profissão de Serviço Social.

O site no MEC, na plataforma do E-mec registrou entre 2015 e 2017, 46 instituições de ensino superior ofertando vagas para curso de Serviço Social na modalidade à distância, um número que ultrapassa 50 mil vagas para todo o Brasil.<sup>7</sup> Dentre as IES destacam-se as Universidade Anhanguera com a oferta de 16.800 vagas e a Universidade Pitágoras (UNOPAR) com 21.150 vagas, perdendo apenas para a Universidade Paulista (UNIP) com 47.880 vagas ofertadas para todo Brasil.

---

<sup>7</sup> Cf. Instituições de Educação Superior e Cursos Cadastrados. Disponível em: <http://emec.mec.gov.br/>. Acesso em 27/11/2017.

Por sua vez, os cursos de Serviço Social presenciais, segundo o Censo da Educação Superior de 2015, em Instituições Públicas somam um total de 408, sendo 42 em IES Federais, 22 em Estaduais, 11 em Municipais e 334 em Privadas.<sup>8</sup>

De acordo com Pereira (2013) as matrículas nos cursos presenciais encontram-se concentradas em IES privadas com fins lucrativos não universitárias (43,1%). Somando a 7,3% das matrículas em IES privadas comunitárias não universitárias, ou seja, um número substancial de matrículas em cursos presenciais de Serviço Social encontra-se em IES privadas não universitárias, o que traz preocupação principalmente quanto à ausência de pesquisa ao processo da formação. Tais números reafirmam a possibilidade da política educacional, no que se refere ao ensino superior, impactar na direção ético-política da formação profissional, fugindo das Diretrizes Curriculares da ABEPSS.

A expansão do ensino superior privado ou a distância teve um expressivo apoio do Ministério da Educação - MEC ao longo dos últimos governos, num período de intensificação das expressões da questão social. O curso de Serviço Social foi percebido como uma área de retorno financeiro e um nicho crescente e lucrativo, uma vez que as demandas oriundas destas expressões são insuperáveis. Conforme aponta as entidades representativas da profissão,

trata-se de produzir uma preparação para as requisições da mensuração e gestão/controle dos pobres. Nesse contexto não se requisita o perfil das diretrizes curriculares, crítico, articulador, político-profissional dos sujeitos, preocupado com os direitos e a cidadania, pesquisador que vai além das aparências dos fenômenos, profissional preocupado com a coletivização das demandas, com a mobilização social e a educação popular. Ao contrário, o que se requisita é um profissional à imagem e semelhança da política social focalizada e minimalista de gestão da pobreza e não do seu combate, politização e erradicação (CFESS; CRESS; ABEPSS; ENESSO, 2010, p. 6).

Nesse sentido, o Serviço Social tem participado de forma ativa e contributiva na busca de uma educação presencial, gratuita e de qualidade (FERRAREZ 2016). A formação, a inserção no mercado de trabalho e o

---

<sup>8</sup> Cursos Presenciais no Brasil: Censo da Educação Superior – 2015. Disponível em <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>

exercício profissional dos (as) assistentes sociais nos diversos espaços sócio-ocupacionais são atravessados por essas tendências e, isto implica a necessidade de construir estratégias de enfrentamento a problemática do ensino na atualidade, e, sobretudo, as particularidades da formação em Serviço Social (HOEPNER; PRATES 2017).

De acordo com Pereira (2013) ao analisarmos a predominância da modalidade EAD na diplomação de assistentes sociais, cabe-nos ainda ressaltar a tendência - além da desqualificação profissional – de rebaixamento salarial de docentes e tutores. Esse posicionamento converge com as bandeiras históricas de luta da profissão em defesa da educação superior; da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; do acesso a uma bibliografia de qualidade; da realização do estágio supervisionado, de modo presencial e com acompanhamento dos supervisores acadêmico e de campo; da realização de pesquisa e investigação como princípio formativo que deve perpassar todo o currículo (CFESS/CRESS 2010, p.16).

É importante ressaltar que os desafios postos ao Serviço Social nesta conjuntura de crise estão mais adiante da problemática deflagrada no ensino superior brasileiro e a precarização das condições do exercício profissional, defrontam-se também, com os desafios endógenos da profissão e perpassam sua trajetória sócio-histórica e os diversos perfis teórico-prático e ético-políticos adquiridos pelos (as) assistentes sociais em cada circunstância e época. Contudo, o atual Projeto Ético-Político hegemônico da profissão, construído historicamente, defende um perfil profissional qualificado, crítico e ético.

Conforme nota de repúdio recentemente publicado, a ABEPSS reitera seu posicionamento político em defesa de uma formação pública, presencial e de qualidade ancorados pelo Projeto Ético-Político e pelas Diretrizes Curriculares, entendendo que esse arcabouço jurídico-político que defende as entidades representativas da profissão são fundamentais para subsidiar a formação e o exercício profissional dos (as) assistentes sociais. Assim, a proposta de moção da ABEPSS, vem apoiar:

o corpo discente, os professores assistentes sociais e profissionais do curso de Serviço Social da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Campus Seropédica, na iniciativa destes em consolidar o referido curso a partir do projeto de formação profissional expresso nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS. A criação do curso atrelada a um departamento (Departamento de Economia Doméstica e Hotelaria) que não apresenta identidade teórica e política vem gerando significativas dificuldades em garantir a direção social e estratégica tal como preconizada pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS. Nestes dois anos e meio de existência, o curso de Serviço Social possui ainda apenas quatro docentes com formação em Serviço Social a despeito de seus 95 alunos. A ABEPSS manifesta apoio às ações políticas empreendidas pelos discentes e docentes no sentido de lutar por uma formação profissional pública, gratuita, laica, democrática, presencial, qualificada e socialmente referenciada (ABEPSS, 2017, p. 1).

Desta forma, vários desafios são postos a profissão do Serviço Social e, um deles sem dúvida é a consolidação do projeto hegemônico profissional articulado com as Diretrizes Curriculares da ABEPSS. O posicionamento ético e político das entidades representativas da profissão são ferramentas de luta que criam possibilidades para o enfretamento de uma educação pública, gratuita e de qualidade. Ainda que o capital se manifeste e sobreponha suas fases reprodutivas para acumulação de riquezas, o conjunto das entidades da categoria profissional do Serviço Social encontra em suas bandeiras de lutas os instrumentos que contrariam a lógica mercantilizada da vida social.

### **3. CONCLUSÃO**

A mercantilização da educação, em particular, a educação superior, é um instrumento altamente lucrativo para reprodução contraditória da ordem capitalista. Mais ainda, é produto que se reproduz ideologicamente como um mecanismo de interesses das classes dominantes. Isso nos remete perceber, que por mais que se estabeleçam soluções de acesso à educação através das reformas, não se pode pensar a educação emancipada dentro do capitalismo, já que a educação nesse tipo de sociedade reproduz ideologicamente os interesses do capital.

Com isso, a expansão das Instituições de Ensino Superior privadas objetivadas pela mercantilização das políticas educacionais neoliberais, contribuiu para a expansão dos cursos de Serviço Social no Brasil, com a ampliação da oferta de cursos presenciais como Ead, em larga medida distanciando-se do preconizado nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS, bem

como nos demais elementos constitutivos do projeto ético-político. Esse fato traz sérios agravos a formação profissional dos (as) assistentes sociais, em que as novas tendências “desqualificadas” do ensino superior em Serviço Social, contribuem para uma precarização da formação profissional, apontando desafios para a promoção de uma formação ancorada na perspectiva do projeto ético-político do Serviço Social, que ultrapasse os limites mercadológicos próprios da lógica capitalista.

#### 4. REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro, 1996.

\_\_\_\_\_. **Proposta de moção de apoio**. Niterói, 09 nov. 2017.

\_\_\_\_\_. **Sobre a incompatibilidade entre graduação à distância e Serviço Social**. Brasília, 2014. 2 v.

\_\_\_\_\_. CRESS; ABEPSS; ENESSO. **Sobre a Incompatibilidade entre Graduação à Distância e Serviço Social**. Brasília, 2010.

COSTA, Maria Dayane Silvestre; TRINDADE, Rosa Lúcia Prédes. **Expansão e Mercantilização do ensino superior em serviço social no Brasil: impactos na qualidade da formação profissional do assistente social**. Florianópolis, 2017.

FERRAREZ, Cinthya Santos. Mercantilização da Educação Superior brasileira e a formação profissional do Serviço Social. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 16, n. 31, jan/jun. 2016.

HOEPNER, Charles Machado; PRATES, Jane Cruz. **Os desafios para a formação profissional em serviço social em tempos de reordenamento da educação superior**. Florianópolis, 2017.

IAMAMOTO, V. Marilda. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo, 2013.

LIMA, Kátia. **Serviço Social e Educação**, Coletânea Nova de Serviço Social: Expansão da Educação Superior brasileira na primeira década do novo século. Rio de Janeiro, 2013.

MENDES, Jussara Maria Rosa; PRATES, Jane Cruz. **Algumas reflexões acerca dos desafios para consolidação das diretrizes curriculares**. Temporalis, São Luís, 2007.

PEREIRA, Larissa Dahmer; ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. **Serviço Social e Educação: expansão dos cursos de Serviço Social na modalidade de EAD no**

Brasil: análise da tendência à desqualificação profissional. Rio de Janeiro, 2013.

SILVA, Vinagre Marlise. **Código de Ética**: princípios fundamentais. Brasília, mar. 1993.

TEIXEIRA, Barata Joaquina; BRAZ, Marcelo. **O Projeto ético-político do Serviço Social**. 2009.